

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.050 - SP (2019/0196041-0)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : A.TONANNI CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA
ADVOGADOS : RAFAEL MARINANGELO - SP164879
TANIA AOKI CARNEIRO - SP196375
FERNANDA MELLO MACHADO E OUTRO(S) - SP318292
MARIANA ANDRADE CHIAVEGATTI - SP316855
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : LÍGIA VILLAS BOAS GABBI E OUTRO(S) - SP196294
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 639):

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE PRIMAVERA.

BOA-FÉ CONTRATUAL. Alegação de renúncia tácita do débito, suprindo-se assim a obrigação contratual de pagamento. Inocorrência. Prova nos autos de que houve a efetiva cobrança dos valores.

CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. Cumprimento do objeto contratual pela contratada. Inadimplência do Poder Público comprovada. Juros de mora e correção monetária devidos. Correção monetária cabível a partir do vencimento. Incidência dos juros a partir do inadimplemento, por se tratarem de obrigações líquidas, certas e exigíveis (art. 397, CC). Precedentes do e. STJ. Cálculo que deve ocorrer conforme decisão do col. STF, em repercussão geral (RE 870.947/SE, Tema 810), e do e. STJ, em recurso repetitivo (REsp 1.495.146/MG, Tema 905).

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Sucumbência recíproca. Parte autora que decaiu minimamente do pedido. Honorários que devem ser suportados integralmente pelo réu. Inteligência do art. 86, parágrafo único do CPC. Valor bem fixado.

**RECURSO DA AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO.
RECURSO DO RÉU DESPROVIDO.**

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 692/694).

Nas razões do apelo especial, aponta a parte recorrente violação dos arts. 397 e 405, do CC; e 240, do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que o termo inicial dos juros moratórios deve ser fixado "*... a partir da citação da Municipalidade nesta ação judicial.*" (fl. 660).

Contrarrazões às fls. 699/710.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não comporta acolhida.

Isto porque, ao dirimir a controvérsia sobre o termo inicial dos juros de mora em razão de inadimplemento de contrato administrativo, o Tribunal de origem assim consignou (fls. 643/644):

No tocante aos juros moratórios, o e. STJ entende que, nos contratos administrativos, são contados a partir do 1º dia do inadimplemento, por se tratarem de obrigações líquidas, certas e exigíveis, nos termos do art. 397 do CC (AgRg no REsp 1409068/SC, Rel. Min. Assusete Magalhães).

[...]

Uma vez comprovado o adimplemento contratual pela contratada, o não pagamento do valor principal e dos consectários legais implica o enriquecimento ilícito do Município.

Destarte, verifica-se que o referido entendimento está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, que se firmou no sentido de que, em se tratando de obrigação líquida, de vencimento certo, os juros moratórios terão seu termo inicial na data do vencimento da referida obrigação.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. JUROS DE MORA. CONTRATO. TERMO INICIAL. INADIMPLEMENTO. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. FIXAÇÃO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

[...]

4. Quanto ao termo inicial para a incidência dos juros de mora, como bem destacado pelo Parquet federal no seu parecer, a "jurisprudência dessa Corte Superior consolidou-se no sentido de que "nos contratos administrativos, os juros de mora são contados a partir do 1º dia do inadimplemento, por se tratar de obrigações líquidas, certas e exigíveis, consoante as disposições do art. 960, primeira parte, do Código Civil de 1916, atual art. 397 do Código Civil de 2002" (STJ, REsp 1.466.703/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 20/02/2015) (grifo acrescentado).

5. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ. Nesse sentido: REsp 1.466.703/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 20/2/2015, AgRg no REsp 1.409.068/SC, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 13/6/2016, EREsp 964.685/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 6/11/2009, e AgRg no REsp 1.553.565/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 5/2/2016.

[...]

10. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1661604/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 11/10/2017)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO VENCIMENTO DO DÉBITO. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ.

[...]

4. É consolidada a jurisprudência do STJ de que nas obrigações líquidas, com vencimento certo, os juros de mora e a correção monetária fluem a partir da data do vencimento (REsp 1.296.844/SC, Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 27/6/2012;

REsp 1.651.957/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira

Superior Tribunal de Justiça

Turma, DJe 30/3/2017, e AgRg no REsp 1.217.531/MG, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 19/5/2015).

[...]

7. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1758065/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 23/05/2019)

Nota-se, deste modo, que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator